

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Percepção e produção da exterioridade: visão, corpo e ser-no-mundo

Marcio Leitão Bandeira

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15032>

Submetido em: 2026-02-03

Postado em: 2026-08-24 (versão 2)

(AAAA-MM-DD)

Justificativa da versão: Esta nova versão resulta de uma revisão ampla do manuscrito, com aprimoramentos conceituais, estruturais e de redação, além de revisão e atualização das referências bibliográficas. As modificações buscaram aumentar a precisão do argumento, a clareza da exposição e a consistência entre as diferentes perspectivas teóricas mobilizadas, sem alteração do problema central e da orientação geral do trabalho.

Identificação Autoral

Márcio Leitão Bandeira é psicólogo judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), São Paulo, Brasil. Atua na interface entre psicanálise, fenomenologia e teoria da percepção, com ênfase nos processos de constituição do mundo vivido, articulações entre experiência subjetiva, corpo e exterioridade, bem como nas relações entre clínica psicológica, filosofia e ciências cognitivas. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-2957-1602>. E-mail para correspondência: marciobandeira@gmail.com

Marcio Leitão Bandeira is a judicial psychologist at the Court of Justice of the State of São Paulo (TJSP), Brazil. His work focuses on the interface between psychoanalysis, phenomenology, and perception theory, with emphasis on the constitution of the lived world, the articulation between subjective experience, body, and exteriority, as well as the relations between clinical psychology, philosophy, and cognitive sciences. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-2957-1602>. Corresponding e-mail: marciobandeira@gmail.com

Percepção e produção da exterioridade: visão, corpo e ser-no-mundo ¹

Perception and the production of exteriority: vision, body, and being-in-the-world

Percepción y producción de la exterioridad: visión, cuerpo y ser-en-el-mundo

Resumo

A percepção apresenta o mundo como exterior, embora aquilo que vemos dependa de processos e mediações que não comparecem, como tais, na própria experiência de ver. Partindo desse paradoxo, o artigo acompanha, entre neurociência, filosofia e psicanálise, as transformações sofridas pela oposição entre interioridade e exterioridade. A descrição neurobiológica da visão afasta a percepção de um modelo de simples cópia; o hábito, a ação e a perspectiva interrogam a estabilidade e a neutralidade do mundo percebido; a fenomenologia recoloca o corpo no interior do próprio campo sensível; e a psicanálise introduz o trabalho de diferenciação entre percepção, representação, desejo e realidade, bem como o descentramento do sujeito no campo do olhar. Esses registros não compõem etapas de um mecanismo único. Por caminhos distintos, fazem aparecer uma experiência perceptiva inseparável da condição encarnada daquele que percebe e, ao mesmo tempo, aberta a um mundo que não se reduz à perspectiva a partir da qual é encontrado. Os contrastes com a câmera e com o sonho mostram, por vias inversas, que nem a produção de imagens basta para constituir um mundo vivido, nem a força de realidade assegura, por si só, a presença de um objeto externo. Sustenta-se que a exterioridade não precisa ser compreendida como passagem de uma construção interior para um mundo situado “fora”, mas como dimensão de uma relação na qual aquilo que é percebido, embora

¹ Nota editorial. Este manuscrito será depositado no servidor SciELO Preprints antes da submissão final, conforme diretrizes de Ciência Aberta.

somente acessível a partir de uma perspectiva encarnada, não se esgota nela. O mundo pode, assim, ser habitado e compartilhado sem deixar de exceder cada perspectiva singular.

Palavras-chave: Percepção; Exterioridade; Corpo próprio; Mundo vivido; Psicanálise

Abstract

Perception presents the world as external, although what we see depends on processes and mediations that do not appear as such within the experience of seeing itself. Starting from this paradox, the article traces, across neuroscience, philosophy, and psychoanalysis, the transformations undergone by the opposition between interiority and exteriority. Neurobiological accounts of vision move perception away from a model of simple copying; habit, action, and perspective call into question the stability and neutrality of the perceived world; phenomenology relocates the body within the sensible field itself; and psychoanalysis introduces the psychic work of differentiating perception, representation, desire, and reality, as well as the decentering of the subject within the field of the gaze. These registers do not constitute stages of a single mechanism. Through different paths, they bring into view a perceptual experience inseparable from the embodied condition of the perceiver and, at the same time, open to a world that cannot be reduced to the perspective from which it is encountered. The contrasts with the camera and with dreaming show, in inverse ways, that neither the production of images is sufficient to constitute a lived world, nor does the force of reality by itself guarantee the presence of an external object. The article argues that exteriority need not be understood as a passage from an internal construction to a world located “outside,” but rather as a dimension of a relation in which what is perceived, although accessible only from an

embodied perspective, is not exhausted by that perspective. The world can thus be inhabited and shared without ceasing to exceed any singular perspective.

Keywords: Perception; Exteriority; Lived body; Lived world; Psychoanalysis

Resumen

La percepción presenta el mundo como exterior, aunque aquello que vemos depende de procesos y mediaciones que no comparecen, como tales, en la propia experiencia de ver. Partiendo de esta paradoja, el artículo acompaña, entre la neurociencia, la filosofía y el psicoanálisis, las transformaciones que atraviesa la oposición entre interioridad y exterioridad. La descripción neurobiológica de la visión aleja la percepción de un modelo de simple copia; el hábito, la acción y la perspectiva interrogan la estabilidad y la neutralidad del mundo percibido; la fenomenología recoloca el cuerpo en el interior del propio campo sensible; y el psicoanálisis introduce el trabajo psíquico de diferenciación entre percepción, representación, deseo y realidad, así como el descentramiento del sujeto en el campo de la mirada. Estos registros no componen etapas de un mecanismo único. Por caminos distintos, hacen aparecer una experiencia perceptiva inseparable de la condición encarnada de quien percibe y, al mismo tiempo, abierta a un mundo que no se reduce a la perspectiva desde la cual es encontrado. Los contrastes con la cámara y con el sueño muestran, por vías inversas, que ni la producción de imágenes basta para constituir un mundo vivido, ni la fuerza de realidad asegura, por sí sola, la presencia de un objeto externo. Se sostiene que la exterioridad no necesita ser comprendida como el pasaje de una construcción interior hacia un mundo situado “afuera”, sino como dimensión de una relación en la cual aquello que es percibido, aunque solo sea accesible desde una perspectiva encarnada, no se agota en ella. El mundo puede, así, ser habitado y compartido sin dejar de exceder cada perspectiva singular.

Palabras clave: Percepción; Exterioridad; Cuerpo propio; Mundo vivido; Psicoanálisis

Introdução

A questão da visão humana, longe de se restringir a um problema fisiológico ou representacional, abre-se como um campo privilegiado para interrogar a própria relação entre sujeito e mundo. Desde as formulações neurocientíficas clássicas, que descrevem a retina como um sistema de transdução de energia luminosa em sinais neurais, até as abordagens filosóficas que interrogam o estatuto ontológico da experiência perceptiva, a visão aparece como um ponto de condensação entre natureza, corpo e sentido. O que está em jogo não é apenas como vemos, mas onde o mundo visto se situa: no interior do sujeito, como construção, ou no exterior, como realidade independente.

Essa pergunta, aparentemente simples, revela-se rapidamente enganosa. Pois a oposição entre interior e exterior, tal como costuma ser formulada, já supõe uma divisão que a própria experiência perceptiva não confirma. Na percepção ordinária, não nos relacionamos com imagens internas às quais atribuiríamos posteriormente um referente externo; vemos diretamente as coisas, em sua presença e resistência. A estranheza surge apenas quando a reflexão retorna sobre esse ato e descobre que aquilo que parecia imediato depende de uma complexa rede de mediações.

O percurso desenvolvido neste texto parte dessa tensão fundamental: a experiência perceptiva depende de processos neuronais, corporais e históricos e, no entanto, não se oferece como efeito desses processos: o mundo é vivido como estando “lá fora”, aderido às coisas mesmas. Esse paradoxo, longe de ser um erro ou uma ilusão secundária, constitui o núcleo mesmo da experiência perceptiva ordinária.

É essa opacidade de suas próprias condições que o artigo tomará como problema. Ver exige esquecer que se vê; aquilo que torna a percepção possível não comparece, no ato ordinário de perceber, ao lado daquilo que é percebido. A exterioridade poderá então ser interrogada não como simples propriedade de um mundo já constituído, nem como projeção de uma interioridade, mas como dimensão da própria experiência perceptiva.

A partir de contribuições da neurociência, da filosofia moderna e contemporânea e da psicanálise, busca-se aqui reconstruir uma caminhada conceitual que permita compreender como o problema da exterioridade se transforma quando atravessado por diferentes modos de conceber a percepção, sem que isso redunde nem em idealismo subjetivista, nem em realismo ingênuo. O percurso não procura reduzir essas tradições a uma explicação comum. Interessa, antes, acompanhar os deslocamentos sucessivos da própria pergunta: da produção neurobiológica da experiência à estabilidade do mundo, da seleção orientada à ação ao corpo próprio, e da pertença ao sensível à diferenciação psíquica entre interioridade e exterioridade.

Para a psicologia, a consequência desse deslocamento é direta: a experiência perceptiva não pode ser compreendida como simples recepção de estímulos nem como representação interna de um mundo previamente dado, mas como um acontecimento corporal, histórico e relacional no qual se constitui a experiência de um mundo vivido. Recolocar a exterioridade como problema permite, assim, resistir tanto à sua naturalização como simples correlato neurofuncional quanto à sua redução a uma construção subjetiva desligada do corpo e do mundo.

A visão como processo relacional na neurociência

A descrição neurocientífica da visão rompe, já em seu nível mais elementar, com qualquer concepção ingênua de percepção como espelhamento do mundo. Os

fotorreceptores da retina — bastonetes e cones — não codificam objetos, cores ou formas, mas transduzem energia luminosa em faixas específicas de comprimento de onda. Entre a incidência da luz e aquilo que será percebido, não há conservação de uma imagem pronta: há transformação.

Esse dado, frequentemente apresentado como técnico, tem implicações conceituais profundas. Nenhum cone “vê vermelho”; há respostas fisiológicas a determinadas faixas do espectro que participarão, em níveis subsequentes de processamento, da experiência cromática. A qualidade percebida não se encontra, portanto, pronta no estímulo nem em um receptor isolado. A distância entre descrição física e experiência perceptiva está presente desde o início do problema.

As camadas intermediárias da retina — células bipolares, horizontais e amácrinas — realizam operações de processamento, organizando campos receptivos centro-periferia que tornam o sistema sensível a bordas, descontinuidades e movimentos. Trata-se de um processamento ativo, que suprime redundâncias e privilegia variações significativas. O sinal que prossegue pelas vias visuais já não corresponde, portanto, a uma simples transposição da distribuição luminosa que atingiu a retina.

No córtex visual, o processamento permanece distribuído entre circuitos sensíveis, de modos distintos, a propriedades como orientação, cor, movimento e profundidade, sem que haja um ponto central onde a imagem “se reúna”. O chamado problema da integração (binding problem) torna particularmente visível a dificuldade: atributos processados de maneira distribuída não são experimentados como fragmentos independentes. Vemos uma cena, objetos, movimentos; em suma, uma configuração perceptiva relativamente coerente, sem que seja necessário supor um lugar anatômico no qual uma imagem final venha a ser recomposta.

Em outro plano, modelos contemporâneos de processamento preditivo descrevem a percepção como uma atividade inferencial, continuamente ajustada pela relação entre previsões do sistema e variações sensoriais (Friston, 2010; Seth, 2021). O deslocamento é relevante: perceber deixa de significar registrar passivamente propriedades já constituídas e passa a envolver antecipação, correção e atualização. Ainda assim, explicar como o sistema organiza e ajusta informação sensorial não equivale a explicar por que o resultado dessa atividade é vivido como um mundo que está diante de nós.

É precisamente aqui que os dois planos precisam ser distinguidos. A descrição neurofuncional pode esclarecer as transformações pelas quais a informação visual é selecionada, relacionada e integrada; não responde, por si só, pelo modo como essa atividade comparece na experiência. E ela não comparece como transdução, contraste, inferência ou integração: comparece como coisas, distâncias, superfícies, profundidades — como um mundo. O enativismo desloca essa questão ao conceber a percepção como atividade incorporada e situada na relação organismo-ambiente (Varela; Thompson; Rosch, 1991). Mas o problema que nos interessa permanece: como compreender a passagem entre a descrição das condições do perceber e a experiência de um mundo que não se apresenta como produto dessas condições?

Hume: hábito, crença e estabilização do mundo

David Hume introduz um deslocamento importante no problema ao perguntar o que, de fato, nos é dado na experiência sem recorrer a garantias metafísicas de permanência ou necessidade. Causalidade, identidade e continuidade não comparecem na percepção com a necessidade que ordinariamente lhes atribuímos. Encontramos impressões que se sucedem, reaparecem e conservam certas regularidades; é a partir dessa experiência reiterada que se sustenta nossa expectativa de um mundo contínuo.

No caso da percepção visual, isso significa que jamais percebemos diretamente aquilo que garantiria que o mundo continue existindo quando desviamos o olhar. O que percebemos são aparições que conservam constância e coerência; é sobre essas regularidades que a imaginação prolonga, para além do dado atual, a expectativa de continuidade. A crença na existência continuada das coisas não deriva, assim, de uma apreensão racional de sua necessidade, mas se sustenta no modo como constância, coerência e imaginação se articulam no curso da experiência.

O hábito permanece central para compreender como a repetição se converte em expectativa, mas a crença na existência continuada dos corpos não se reduz a ele. Constância e coerência das percepções, articuladas pela imaginação, sustentam uma confiança prática que antecede qualquer demonstração. Não precisamos provar a cada instante que as coisas permanecem para nos orientarmos entre elas; contamos com essa permanência antes mesmo de transformá-la em problema.

Essa confiança, porém, não deve ser confundida com ingenuidade. Hume reconhece que, apesar da ausência de fundamentos racionais últimos, a vida ordinária não aguarda uma demonstração filosófica para prosseguir. A crença se recompõe no próprio exercício da experiência: esperamos, reconhecemos, reencontramos. A continuidade do mundo possui, antes de qualquer justificação reflexiva, a força de uma evidência prática.

Hume modifica, assim, a pergunta que vínhamos formulando. A estabilidade que acompanha a percepção não precisa ser pensada como consequência de uma certeza racional acerca da existência contínua das coisas; ela se sustenta numa trama de constâncias, coerências, expectativas e operações da imaginação. Mas permanece uma diferença entre contar com a continuidade do mundo e compreender o modo como esse mundo já se oferece à percepção como campo de presença, relevância e possibilidade. É

justamente essa diferença que permite à questão deslocar-se, a seguir, da crença para a ação.

Bergson e a percepção como seleção orientada à ação

Henri Bergson introduz um deslocamento no problema da percepção ao recusar tanto a ideia de uma representação interna do mundo quanto a concepção de uma percepção passiva que receberia dados já constituídos. Para Bergson, o mundo é, em si mesmo, excesso: um campo de imagens em contínua variação. A percepção não acrescenta algo a esse mundo; ela opera, ao contrário, uma subtração. Em outro vocabulário e a partir de problemas contemporâneos, Thompson (2007) também situa a percepção na regulação concreta da relação organismo-ambiente, afastando-a de um modelo em que perceber consistiria apenas em produzir representações internas.

Perceber é selecionar. Essa seleção não é arbitrária nem intelectual, mas vital. O organismo percebe segundo aquilo que é relevante para sua ação possível. Tudo o que não diz respeito às possibilidades de ação do corpo recua no campo perceptivo. A imagem perceptiva não espelha o real; ela o empobrece funcionalmente para torná-lo habitável². O mundo percebido é, nesse sentido, menos uma reprodução do real do que um recorte segundo aquilo que uma forma de vida pode fazer nele.

Essa tese permite reformular o problema da exterioridade em termos não representacionais. O mundo aparece como estando “lá fora” não porque seja reconstruído

² A noção de *Umwelt* (mundo próprio), desenvolvida por Jakob von Uexküll, formula biologicamente a ideia de que a percepção não recorta um mundo neutro, mas constitui um campo de sentido orientado pelas possibilidades de ação do organismo. Cada ser vivo habita um mundo ambiente específico, definido por seus órgãos sensoriais e por seus ciclos funcionais (*Funktionskreis*). No percurso aqui proposto, essa formulação permite pensar a exterioridade do mundo percebido como uma estabilidade local e funcional, suficiente para a vida e a ação (Uexküll, 1982).

internamente, mas porque a percepção é já uma relação com imagens que pertencem ao próprio mundo. O corpo não produz imagens internas para depois projetá-las; ele se insere em um campo de imagens e seleciona, nesse campo, aquilo que pode afetar ou ser afetado por sua ação. A exterioridade deixa, assim, de exigir uma passagem entre uma imagem interior e um objeto exterior: perceber já é estar envolvido num campo que excede o corpo e no qual o corpo intervém.

O deslocamento do conhecimento para a vida altera também o critério pelo qual a percepção é pensada. A percepção não visa primeiramente uma reprodução exaustiva do real, mas permitir que o organismo nele se mova e encontre possibilidades de ação. O mundo percebido é, portanto, um mundo orientado, recortado segundo linhas de ação. Essa dimensão situada do sentido encontra desenvolvimento, em outro quadro conceitual, nas análises de Gallagher (2005) sobre o papel constitutivo do corpo na organização da experiência.

Com Bergson, portanto, a questão já não concerne apenas à continuidade de um mundo com o qual aprendemos a contar, mas à maneira pela qual esse mundo se organiza segundo possibilidades de ação. Perceber é encontrar-se desde logo diante de diferenças que importam, direções que se oferecem e coisas que podem ser alcançadas, evitadas, contornadas ou utilizadas. Resta, porém, uma tensão: esse mundo é sempre percebido a partir de uma forma de vida situada, enquanto a experiência e o conhecimento humanos também procuram tomar distância de sua própria posição. É essa tensão entre perspectiva situada e aspiração à objetividade que recoloca o problema em outro registro.

Nagel e o ideal da visão de lugar nenhum

Thomas Nagel retoma o problema da objetividade a partir de uma tensão estrutural que atravessa todo o conhecimento humano: partimos sempre de alguma perspectiva, mas

aspiramos a descrições do mundo que não dependam de nenhuma posição particular. A chamada “visão a partir de lugar nenhum” não designa um ponto de vista efetivamente alcançável, mas um ideal regulador que orienta o empreendimento científico e filosófico moderno. Ser objetivo implica, nesse sentido, um movimento de afastamento em relação às particularidades da posição a partir da qual inicialmente encontramos o mundo.

No domínio da percepção, essa tensão torna-se particularmente visível. De um lado, a experiência visual é sempre vivida a partir de uma perspectiva: há um *como é* próprio do ato de ver. De outro, a ciência da visão descreve esse mesmo fenômeno em termos de processos objetivos — fótons, transduções, circuitos neurais — abstraindo, metodologicamente, a posição singular daquele que vê. As duas descrições não coincidem: aquilo que aparece como cor, profundidade ou movimento na experiência pode ser descrito, em outro registro, como interação física e atividade neural.

Nagel insiste que essa assimetria não é um defeito contingente das teorias atuais, mas um traço estrutural do conhecimento. A objetividade é conquistada por um movimento de distanciamento em relação à perspectiva individual, nunca por sua eliminação completa. A perspectiva pode ser progressivamente descentrada, corrigida e ampliada, mas não transformada num ponto de vista literalmente situado em lugar nenhum. A objetividade não elimina a perspectiva; constitui-se pelo trabalho de tomar distância dela.

Essa constatação tem consequências importantes para o problema da exterioridade. Uma descrição objetiva pode esclarecer condições e processos envolvidos na visão, mas não se confunde com a experiência na qual cores, distâncias, superfícies e objetos aparecem para alguém. A exterioridade que nos interessa pertence justamente a esse aparecer: não apenas à possibilidade de descrever um mundo independente de uma

perspectiva particular, mas ao fato de que, a partir de uma perspectiva, o mundo já se apresenta como excedendo-a.

Nagel permite, assim, conservar juntos dois movimentos que facilmente se excluíam: reconhecer o caráter perspectivado da experiência sem reduzir o mundo a essa perspectiva, e buscar objetividade sem imaginar que ela exija o desaparecimento de todo ponto de vista. A questão pode então ser formulada de outra maneira: se não há percepção sem perspectiva, será essa perspectiva a posição de um sujeito diante do mundo, ou pertence ela desde o início ao modo como corpo e mundo se encontram?

Merleau-Ponty e o ser pré-objetivo: o ser-no-mundo

Com Merleau-Ponty, a própria maneira de formular a questão da exterioridade começa a se deslocar. Contra o objetivismo e o subjetivismo, ele propõe um retorno ao campo pré-objetivo da experiência, anterior à separação entre sujeito e objeto. O ser pré-objetivo não é um estágio confuso ou primitivo, mas o campo no qual o sentido emerge antes de ser tematizado.

A noção de ser-no-mundo exprime essa co-implicação fundamental: não há sujeito que, posteriormente, se relacione com um mundo dado, nem mundo que exista como objeto puro diante de uma consciência. A relação não se estabelece depois entre dois termos previamente constituídos; ela já está em curso na experiência corporal. A percepção não constrói o mundo para depois projetá-lo; ela é, desde o início, exposição ao mundo. Essa exposição é pré-reflexiva: antes que o mundo se torne objeto de conhecimento, ele já é aquilo em meio ao qual nos encontramos. A fenomenologia contemporânea de Zahavi (2014) permite precisar esse nível pré-reflexivo sem convertê-lo em uma experiência indiferenciada: consciência de si e presença do mundo já operam antes de sua tematização como objetos explícitos de reflexão.

Por isso, a percepção não deve ser pensada como operação que parte de dados sensoriais para, em seguida, produzir significados. O sentido já está em jogo no próprio campo perceptivo, antes de qualquer tematização reflexiva. O pré-objetivo designa justamente esse nível em que o mundo é vivido como evidente, familiar e orientado, antes que a reflexão o recorte como objeto diante de um sujeito.

O corpo próprio não é um objeto entre outros, nem um instrumento a serviço de uma consciência espectadora. É por meio do corpo que o mundo se organiza como campo de possibilidades práticas. A motricidade não é apenas resposta posterior a estímulos percebidos; participa do próprio modo pelo qual o espaço ganha orientação e sentido. O espaço percebido é, antes de tudo, um espaço de ação possível. Nessa perspectiva, o corpo não funciona como um intermediário entre sujeito e mundo, pois é corporalmente que algo pode aparecer como próximo ou distante, alcançável ou inacessível, diante de nós ou fora de nosso campo de ação. Dreyfus (1991), em sua leitura do estar-no-mundo, ajuda a acentuar essa precedência do envolvimento prático sobre a posição de uma consciência espectadora que primeiro representaria a situação para somente depois agir nela.

Ver, assim, não é registrar uma cena externa, mas habitar um mundo já estruturado por significações práticas³. Uma mesa aparece como algo para escrever, apoiar, contornar; uma escada, como algo para subir; uma porta, como algo para atravessar. Não encontramos primeiro formas neutras para somente depois lhes atribuir uma função: as coisas já se oferecem no interior de um campo de possibilidades, resistências e caminhos.

³ A abordagem ecológica da percepção desenvolvida por James J. Gibson oferece, a partir de outro horizonte teórico, uma formulação particularmente próxima dessa dimensão prática da percepção. Sua noção de *affordance* designa possibilidades de ação oferecidas pelo ambiente em relação às capacidades do organismo, permitindo pensar o mundo perceptivo como campo de praticabilidade e não apenas como conjunto de estímulos a serem reconstruídos internamente (Gibson, 1979).

Por isso, a exterioridade do mundo já não pode ser formulada simplesmente como o resultado de uma passagem entre um interior e um exterior previamente separados. O mundo nunca esteve “dentro” para ser devolvido ao “fora”. Ele é o meio no qual o sujeito existe e se move. O ser-no-mundo designa precisamente essa pertença: o corpo não contempla o mundo de uma margem exterior a ele, mas encontra-se desde sempre implicado no campo que percebe. A pergunta sobre onde se situa o mundo visto começa, nesse ponto, a revelar o pressuposto que carregava desde o início.

Merleau-Ponty: o visível e o invisível

Em Merleau-Ponty, especialmente em sua obra tardia, o problema da percepção se desloca do corpo que percebe para o campo sensível do qual esse corpo também participa. Em *O Visível e o Invisível*, a percepção já não é pensada como relação entre um corpo e um mundo previamente distintos, mas como uma relação na qual ver e ser visto pertencem à mesma tessitura. O visível não é aquilo que se oferece plenamente ao olhar, mas aquilo que emerge de um fundo que nunca se esgota.

O invisível, nesse contexto, não designa o oculto, o ausente ou o não percebido, mas aquilo que estrutura o visível sem jamais se apresentar como objeto. Ele é a profundidade, a espessura, o excesso de sentido que torna possível a aparição das coisas. Cada coisa visível remete a mais do que mostra; cada figura se destaca sobre um fundo que não pode ser inteiramente trazido à figura. O invisível é, portanto, condição de possibilidade do aparecer, não seu contrário.

A exterioridade adquire aqui outra espessura. O mundo aparece como estando “lá fora” não porque seja projetado a partir de um interior subjetivo, mas porque aquilo que vemos pertence a um campo que não se reduz ao ato pelo qual o vemos. O corpo que vê é, ao mesmo tempo, parte do visível; ele pertence à mesma carne do mundo que percebe.

Ver não significa, então, colocar diante de si um mundo exterior, mas participar de um visível que nos inclui e, ao mesmo tempo, nos excede.

Essa pertença também torna menos nítida a oposição simples entre atividade e passividade. Ver é ser afetado e, ao mesmo tempo, abrir um campo de aparições. O mundo visível mantém sempre um resto invisível que impede sua total objetivação. Aquilo que aparece conserva profundidade justamente porque não coincide com nenhuma de suas aparições. Uma coisa permanece mais do que aquilo que dela vejo agora; o mundo, mais do que a perspectiva a partir da qual o encontro. A exterioridade começa, assim, a poder ser pensada também como não coincidência. Essa não coincidência encontra formulações distintas na fenomenologia e nas ciências contemporâneas da mente. Zahavi (2014) preserva a irredutibilidade da experiência em primeira pessoa sem isolá-la do mundo compartilhado, enquanto Thompson (2007) recoloca a experiência no interior da dinâmica viva entre organismo e ambiente. Em ambos os casos, por caminhos diferentes, a experiência não se deixa reduzir a uma descrição que a observe inteiramente de fora.

Mas pertencer ao campo do sensível não torna equivalentes tudo aquilo que se apresenta à experiência. A distinção entre aquilo que é percebido, lembrado, desejado ou figurado coloca outra questão, que não se confunde com a pertença corporal ao mundo. A exterioridade pode ser interrogada, portanto, também a partir do trabalho pelo qual a vida psíquica diferencia percepção e representação, presença e ausência, aquilo que encontra e aquilo que produz. É nesse registro que a psicanálise passará a participar do problema.

Exterioridade, realidade psíquica e olhar

A psicanálise introduz outra dimensão do problema ao interrogar o trabalho psíquico implicado na experiência de realidade. Ao formular o princípio de realidade e,

posteriormente, explicitar o teste de realidade, Freud (1911/1996; 1925/1996) mostra que a distinção entre percepção e representação não é dada de uma vez por todas, mas precisa ser psiquicamente sustentada. A percepção não é simplesmente o contato com um mundo externo já garantido; a experiência de realidade envolve diferenciar aquilo que é encontrado na percepção daquilo que pode emergir do desejo, da memória ou da excitação interna. O problema já não é, aqui, saber como um mundo se torna exterior, mas como percepção e representação adquirem valores distintos na vida psíquica.

A alucinação ocupa, nesse quadro, um lugar conceitual privilegiado. Na alucinação, algo é vivido como percebido sem que haja um correlato externo correspondente. Isso indica que a intensidade, a vivacidade ou mesmo a qualidade perceptiva de uma experiência não bastam, por si sós, para assegurar a presença do objeto correspondente. A alucinação torna visível, assim, uma dissociação possível entre força de realidade e presença externa. Em outro registro, Green (2009), ao explorar a alucinação negativa e o trabalho do negativo, permite interrogar a relação entre percepção, ausência e representação a partir de um movimento distinto: não a presença perceptiva sem objeto correspondente, mas a não percepção daquilo que poderia ser percebido. Sua contribuição não se confunde com a alucinação positiva discutida acima; amplia o problema ao mostrar que presença e ausência também precisam ser pensadas no interior das mediações psíquicas.

A distinção entre percepção e representação não torna, contudo, a percepção um registro neutro. Desejo, memória e história psíquica participam do modo pelo qual aquilo que se apresenta adquire valor para o sujeito, ao mesmo tempo que o encontro com o mundo introduz diferenças, resistências e descontinuidades que não se submetem inteiramente ao desejo. O teste de realidade pode ser compreendido, nesse sentido, não

como simples operação cognitiva de verificação, mas como uma função psíquica exercida nessa tensão.

Com Lacan, a questão se desloca da discriminação entre percepção e representação para a posição do sujeito no campo visual. Ao distinguir ver e olhar, ele rompe com a ideia de um sujeito soberano da percepção. O olhar não pertence simplesmente àquele que vê; situa-se também no campo do visível, introduzindo a possibilidade de que o sujeito se descubra implicado naquilo que olha. O olhar não designa, portanto, uma função perceptiva suplementar, mas um descentramento: aquele que vê não permanece exterior à cena como seu organizador último.

A psicanálise acrescenta, assim, uma complexidade própria ao problema da exterioridade. De um lado, a experiência de realidade implica diferenciações psíquicas que não se confundem com a pertença corporal ao mundo; de outro, o sujeito que percebe não ocupa uma posição exterior e soberana em relação ao campo que percebe. Entre percepção e representação, entre ver e olhar, a experiência permanece atravessada por uma não coincidência que não precisa ser convertida em causa da exterioridade para participar de sua forma vivida. O mundo pode apresentar-se como mundo sem que o sujeito seja transparente para si mesmo nem senhor das condições pelas quais o encontra.

Imagem técnica e exterioridade: o contraste com a câmera

A comparação recorrente entre o sistema visual humano e os dispositivos técnicos de captação de imagem revela menos uma analogia funcional do que uma diferença que a própria analogia tende a encobrir. A câmera registra variações luminosas e as fixa como imagens disponíveis à inspeção posterior, mas o fato de haver captação, transformação e produção de imagem não equivale, por si só, à constituição de um campo vivido. A imagem técnica permanece disponível como imagem, podendo ser examinada,

armazenada, ampliada ou comparada sem que essas operações bastem para transformá-la em um mundo habitado.

Na percepção humana, ao contrário, não encontramos ordinariamente uma imagem que depois precisaria ser tomada como equivalente do mundo: encontramos coisas, distâncias, superfícies e caminhos nos quais já estamos implicados. A diferença não reside apenas na fidelidade ou na complexidade do processamento, mas no estatuto daquilo que aparece. Uma imagem pode ser produzida sem que, por isso, haja experiência de exterioridade. É também contra a redução da percepção à produção interna de uma imagem que Noë (2004) propõe compreendê-la como habilidade incorporada de exploração do ambiente. Ver, nessa perspectiva, depende menos da posse de uma representação visual completa do que de um saber prático acerca de como a experiência se transforma à medida que o corpo se move e interroga o mundo. A comparação com a câmera torna visível, assim, o que a analogia inicialmente ocultava: explicar a formação de uma imagem não é ainda explicar a presença de um mundo.

O sonho e a experiência de realidade

A experiência onírica fornece um campo particularmente fértil para interrogar a relação entre experiência perceptiva e realidade. No sonho, as imagens não se apresentam como representações internas, mas como mundo vivido: orientam a ação, mobilizam afetos e se impõem com força de realidade enquanto duram. A noção de figurabilidade desenvolvida por Botella e Botella (2001) permite aprofundar essa experiência: o trabalho psíquico não produz apenas imagens a serem contempladas, mas configura cenas nas quais o sujeito se encontra implicado. O sonho não é vivido, enquanto acontece, como uma representação de mundo; ele assume a forma de uma situação na qual se está.

A suspensão do teste de realidade não impede, portanto, que a experiência possua presença, espacialidade, continuidade momentânea e investimento afetivo. Isso não torna sonho e percepção equivalentes, nem torna dispensável a diferença entre realidade psíquica e realidade compartilhada. Mostra, porém, que a força com que uma situação é vivida como real não deriva apenas da presença atual de um objeto externo correspondente.

É nesse ponto que Ogden permite ampliar o problema em duas direções. Sua formulação do terceiro analítico (1994) desloca a experiência psíquica de uma interioridade isolada para um campo intersubjetivamente constituído; mais tarde, ao tratar dos “sonhos não sonhados” e da capacidade de sonhar a experiência (2004), enfatiza o trabalho psíquico pelo qual experiências emocionais podem adquirir forma sonhável. No percurso aqui proposto, essas formulações ajudam a pensar o sonho não como simples imagem interna contemplada, mas como experiência em que o sujeito se encontra implicado numa cena cuja coerência afetiva e figurativa organiza, enquanto dura, um mundo vivido.

A experiência onírica leva, assim, ao extremo uma distinção que o percurso anterior já vinha construindo: presença fenomenal e presença externa não são a mesma coisa. Se a câmera mostrava que pode haver imagem sem mundo vivido, o sonho mostra a situação inversa — pode haver experiência de mundo sem o correlato exterior ordinário que caracteriza a percepção desperta. Entre esses dois extremos, a percepção cotidiana aparece menos como simples produção de imagens do que como uma modalidade específica de encontro com um mundo simultaneamente vivido, resistente e compartilhável.

Conclusão

O percurso desenvolvido ao longo deste texto permite retornar à pergunta que o iniciou — onde se situa o mundo que vemos? — encontrando nela algo que, de início, permanecia oculto. Perguntar se o mundo percebido está “dentro”, como construção do sujeito, ou “fora”, como realidade independente, já pressupõe dois termos constituídos cuja relação precisaria posteriormente ser explicada. O caminho percorrido tornou essa alternativa progressivamente menos suficiente. A exterioridade não apareceu como resultado de uma operação única pela qual algo produzido interiormente adquiriria a forma de um mundo exterior, mas como dimensão de uma relação que somente pode ser interrogada a partir da condição situada daquele que percebe.

O percurso tampouco reuniu diferentes peças de um mecanismo perceptivo. Fez aparecer, por caminhos distintos, uma condição que nenhuma das perspectivas mobilizadas permite pensar em termos de soberania. A descrição neurobiológica torna visível a distância entre as condições do processamento e aquilo que se apresenta na experiência; Hume retira da continuidade do mundo a garantia racional que ordinariamente lhe atribuímos; Bergson reinscreve a percepção na economia de uma forma de vida; Nagel conserva a tensão entre perspectiva e objetividade; a fenomenologia mostra um corpo que não observa o mundo de fora, mas já se encontra implicado nele; e a psicanálise introduz uma vida psíquica que tampouco coincide plenamente consigo mesma, na qual percepção, representação, desejo, presença e ausência precisam ser diferenciados.

Essas formulações não descrevem a mesma condição no mesmo registro, nem precisam convergir para uma explicação comum. Não dispomos de garantias últimas sobre a continuidade do mundo, não percebemos a partir de lugar nenhum, não habitamos um corpo inteiramente transparente a si mesmo e tampouco esgotamos, em cada ato

perceptivo, aquilo que se apresenta. Sob formas distintas, o percurso faz reaparecer os limites de uma relação soberana entre sujeito e mundo. É nesse sentido que a precariedade própria da existência encarnada atravessa o problema da exterioridade: não como uma deficiência a ser corrigida, mas como condição de uma existência situada, dependente de processos que não domina inteiramente e aberta a um mundo que nunca coincide por completo com sua perspectiva.

A exterioridade adquire, então, outra espessura. Aquilo que percebemos não é exterior simplesmente porque ocupa uma região situada além dos limites do corpo, mas porque não coincide inteiramente com o ato pelo qual o percebemos. Uma coisa permanece mais do que aquilo que dela se mostra agora; o mundo, mais do que a perspectiva a partir da qual o encontramos. O corpo pertence ao visível sem esgotá-lo, a ação seleciona sem fabricar aquilo sobre o que age, o desejo investe a realidade sem poder submetê-la inteiramente a si. O mundo permanece exterior não porque esteja separado de uma interioridade fechada, mas porque aquilo que encontramos conserva uma diferença que nenhuma perspectiva singular consegue absorver por completo.

Os contrastes com a câmera e com o sonho tornam particularmente visível essa condição. A câmera mostra que pode haver captação, transformação e produção de imagem sem que disso resulte um mundo vivido. O sonho mostra, inversamente, que uma situação pode adquirir espacialidade, presença e força de realidade sem possuir o correlato exterior ordinário da percepção desperta. Entre esses extremos, perceber não equivale nem à produção de uma imagem nem apenas à intensidade com que algo se impõe como real. É encontrar-se implicado num mundo que oferece caminhos e resistências, admite reconhecimento e surpresa, sustenta alguma continuidade e permanece, ao mesmo tempo, disponível à experiência de outros.

Talvez seja nesse sentido que a visão possa ser pensada como um dispositivo ontológico de estabilização do real. Não porque produza o mundo nem porque assegure uma correspondência transparente com ele. Estabilizar significa tornar possível uma relação suficientemente consistente para que possamos reconhecer, antecipar, agir e partilhar sem que, para isso, o mundo precise tornar-se inteiramente disponível. Trata-se de uma estabilidade sem garantia absoluta: suficiente para a orientação e o reconhecimento, mas incapaz de abolir a surpresa, a alteração, a perda ou a irrupção daquilo que não estava previsto.

A visão humana nos situa, assim, num mundo suficientemente estável para a ação e suficientemente incompleto para permanecer aberto. Habitá-lo não exige eliminar a finitude de nossa condição: contamos com continuidades que não podemos garantir em definitivo, agimos a partir de perspectivas que jamais dominamos por completo e reconhecemos coisas que excedem aquilo que delas se mostra. Entre a expectativa de um fundamento último e a dissolução do real numa construção subjetiva, permanece essa tensão — sustentada, e não resolvida. Talvez seja justamente nela que a exterioridade encontre sua forma mais própria: não como aquilo que se opõe à existência encarnada, mas como aquilo que uma existência encarnada jamais pode absorver inteiramente em si.

Ciência aberta e disponibilidade de materiais

Este manuscrito possui natureza teórico-conceitual e não envolve coleta, produção ou análise de dados empíricos primários, tampouco utilização de bases de dados proprietárias. Assim, não há conjuntos de dados, códigos ou materiais suplementares subjacentes a serem disponibilizados.

Uma versão preliminar deste artigo foi depositada no servidor SciELO Preprints, conforme diretrizes de Ciência Aberta. O DOI e o endereço eletrônico do preprint serão informados no momento da submissão ao periódico.

Conflito de interesses

O autor declara não haver conflitos de interesse relacionados à elaboração deste manuscrito.

Financiamento

Este estudo não recebeu financiamento específico de agências públicas, comerciais ou sem fins lucrativos.

Contribuições do autor

Conceitualização, investigação teórica, redação do manuscrito, revisão e aprovação da versão final: Márcio Leitão Bandeira.

Disponibilidade de dados / Data availability statement

Este estudo possui natureza teórico-conceitual e não gerou conjunto de dados empíricos. Todas as informações utilizadas encontram-se disponíveis nas referências bibliográficas citadas no próprio manuscrito.

This study is theoretical-conceptual and did not generate empirical datasets. All information used is available in the bibliographic references cited in the manuscript.

Uso de IA generativa

O autor utilizou o ChatGPT (OpenAI, GPT-5.6 Sol) como ferramenta de apoio à revisão do manuscrito, incluindo revisão de linguagem e clareza, organização argumentativa, tradução e revisão dos resumos em inglês e espanhol, conferência e padronização de referências bibliográficas e copydesk. Todas as sugestões foram

criticamente avaliadas pelo autor, que assume integral responsabilidade pela versão final. Não foi utilizada IA generativa para produzir dados de pesquisa.

Referências

BERGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. 1896. Trad. Paulo Neves. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BOTELLA, César; BOTELLA, Sára. *La figurabilité psychique*. Lausanne; Paris: Delachaux et Niestlé, 2001.

DREYFUS, Hubert L. *Being-in-the-world: a commentary on Heidegger's Being and Time, Division I*. Cambridge, MA: MIT Press, 1991.

FREUD, Sigmund. *Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental*. 1911. In: _____. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, v. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, Sigmund. *A negativa*. 1925. In: _____. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, v. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FRISTON, Karl. The free-energy principle: a unified brain theory? *Nature Reviews Neuroscience*, v. 11, n. 2, p. 127–138, 2010. DOI: 10.1038/nrn2787.

GALLAGHER, Shaun. *How the body shapes the mind*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

GIBSON, James J. *The ecological approach to visual perception*. Boston: Houghton Mifflin, 1979.

GREEN, André. *O trabalho do negativo*. Trad. Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2009.

HUME, David. *A Treatise of Human Nature*. 1739–1740. Ed. David Fate Norton; Mary J. Norton. Oxford: Oxford University Press, 2000.

LACAN, Jacques. *O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. 1964. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Versão brasileira de M. D. Magno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. 1945. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *O visível e o invisível*. 1964. Trad. José Artur Gianotti e Armando Mora d'Oliveira. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

NAGEL, Thomas. *The View from Nowhere*. New York: Oxford University Press, 1986.

NOË, Alva. *Action in Perception*. Cambridge, MA: MIT Press, 2004.

OGDEN, Thomas H. The analytic third: working with intersubjective clinical facts. *International Journal of Psycho-Analysis*, v. 75, pt. 1, p. 3–19, 1994.

OGDEN, Thomas H. This art of psychoanalysis: dreaming undreamt dreams and interrupted cries. *International Journal of Psychoanalysis*, v. 85, n. 4, p. 857–877, 2004. DOI: 10.1516/0020757041557575.

SETH, Anil. *Being you: a new science of consciousness*. London: Faber & Faber, 2021.

THOMPSON, Evan. *Mind in life: biology, phenomenology, and the sciences of mind*. Cambridge, MA: Belknap Press of Harvard University Press, 2007.

UEXKÜLL, Jakob von. *Dos animais e dos homens: digressões pelos seus próprios mundos; doutrina do significado*. Trad. Alberto Candeias e Aníbal Garcia Pereira. Lisboa: Livros do Brasil, 1982.

VARELA, Francisco J.; THOMPSON, Evan; ROSCH, Eleanor. *The embodied mind: cognitive science and human experience*. Cambridge, MA: MIT Press, 1991.

ZAHAVI, Dan. *Self and other: exploring subjectivity, empathy, and shame*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.